

EDITORIAL

José Paulo Florenzano¹

Felipe Muniz Rosa Faria²

A ERA DOS EXTREMOS CLIMÁTICOS

Em 1989 a queda do Muro de Berlim foi celebrada como o marco simbólico do fim da Guerra Fria e, conseqüentemente, do advento de um mundo sem fronteiras, dentro do qual passariam a circular livremente mercadorias, pessoas e ideias. A questão socioambiental, embora já figurasse na agenda das nações mais desenvolvidas, ainda não ocupava o centro das atenções. Ou seja, naquele momento, nada parecia perturbar a expansão indefinida do Capital.

Decorridos, porém, menos de trinta anos das celebrações suscitadas pela queda do Muro de Berlim, podemos constatar o quanto as promessas da globalização se revelaram insustentáveis, sob todos os aspectos: político, econômico, social, cultural e ambiental. A construção do Muro do México, proposta e parcialmente executada pela extrema direita nos Estados Unidos, cuja ascensão à Casa Branca, em 2016, catapultava ao poder movimentos congêneres em todo o mundo, inclusive, no Brasil, deitava por terra a ilusão de um mundo unificado em torno da democracia representativa e da economia liberal.



¹ <https://orcid.org/0000-0001-5526-4116>

² <https://orcid.org/0009-0003-2556-2253>

As cercas, barreira e muros erguidos na fronteira dos Estados Unidos com o México e em países da União Europeia objetivavam deter o afluxo de imigrantes e refugiados para os principais centros econômicos do mundo desenvolvido. Neste quadro histórico favorável à instrumentalização do medo pela extrema direita, os elementos constitutivos de uma cultura da intolerância (xenofobia, racismo, islamofobia, homofobia e fanatismo religioso), propagavam-se pelo globo como uma nuvem radioativa, capaz de contaminar os setores mais suscetíveis da população ao discurso do ódio direcionado a ameaça representada pelo Outro: seja um refugiado muçulmano, um imigrante latino-americano, ou um integrante da comunidade LGBTQIA+.

A extrema direita poderia inscrever no muro da intolerância que ela vem edificando em todas as partes do mundo desenvolvido a divisa da nova era: “não há mais mundo para todo mundo”. Eis, conforme a observação lapidar do antropólogo Bruno Latour (2020), a palavra de ordem das forças fascistas, dispostas a assegurar, a todo custo e a qualquer preço, o “estilo de vida” ocidental - *American way of life* - para os grupos privilegiados das sociedades da abundância.

Eis, portanto, o modo pelo qual a questão socioambiental hoje se situa no cerne dos embates travados no mundo entre os que, ignorando todos os alertas, querem seguir adiante com um modo de vida que coloca em risco a vida no planeta, acelerando para o abismo; e os que se encontram engajados na defesa de uma cultura democrática, radicalmente comprometidos com as lutas sociais contra todas as formas de intolerância.

Com efeito, a perspectiva teórica delineada de forma inovadora pelo cientista político Malcom Ferdinand chama atenção, justamente, para o laço indissociável estabelecido no contexto da modernidade entre a exploração colonial e destrutiva dos ecossistemas e a exploração das populações escravizadas e marginalizadas (2022). Colocando em questão o imaginário

branco da emergência climática, centrado na noção de Antropoceno, Malcom Ferdinand propõe enxergá-la a partir da ecologia decolonial, proposta teórica cujo mérito reside em superar a dupla fratura constituída pelas questões ambientais e pelas questões coloniais.

Em *Racismo ambiental e os Young Lords*, artigo que abre o dossiê da Revista Avesso, Larissa Vitória Vieira da Silva coloca-se na perspectiva da ecologia decolonial, mostrando, com base na trajetória de um agrupamento de jovens na cidade de Nova York, na virada da década de sessenta para a de setenta, o ponto sublinhado por Malcom Ferdinand, a saber, que as questões ambientais e as questões raciais encontram-se inextricavelmente ligadas. Isto em várias escalas.

Confinados no “gueto hispânico” do East Harlem, jovens porto-riquenhos começaram a organizar um trabalho de mobilização em defesa da comunidade com a qual se achavam identificados. A falta de uma coleta regular de lixo constituía um problema de primeira ordem. O lixo acumulava-se nas ruas, terrenos baldios e prédios abandonados, sem que as autoridades sanitárias de Nova York tomassem qualquer providência. Diante da inação governamental, os Young Lords mobilizaram-se para resolver a grave situação. Como revela a pesquisa da historiadora Johanna Fernández (2020), primeiro, promoveram um mutirão de limpeza para recolher o lixo. Mas, uma vez que inexistia a coleta regular, o lixo logo voltava a se esparramar pelo bairro, convertendo a iniciativa bem intencionada dos jovens em um trabalho de Sísifo.

Sendo assim, eles partiram para a segunda etapa da luta, denominada de “Ofensiva do Lixo”. Desta feita, os Young Lords criaram barricadas de lixo que interromperam o trânsito nas principais vias de acesso ao bairro, despertando, dessa maneira, a atenção dos meios de comunicação e das próprias autoridades. A história dos Young Lords traz ensinamentos atuais e reveladores da lógica imposta por uma dominação de caráter racista,



expressa no modo pelo qual o bairro onde habitava a comunidade porto-riquenha havia sido transformada em um depósito de lixo da cidade de Nova York, uma vez que ali eram descartados aparelhos médicos, carros usados, dentre outras carcaças industriais que colocavam em risco saúde dos moradores locais.

De fato, no final dos anos sessenta, em Nova York, os Young Lords denunciavam um mecanismo perverso de discriminação que, no final da década de cinquenta, em São Paulo, mais precisamente na favela do Canindé, Carolina Maria de Jesus (2014), uma mulher, escritora, negra, que trabalhava como catadora de material reciclável, já havia percebido e denunciado sob a forma de um diário:

Eu classifico São Paulo assim: o Palácio é a sala de visita A Prefeitura é a sala de jantar e a cidade é o jardim. E a favela é o quintal onde jogam os lixos.

O racismo ambiental está presente tanto na escala de um gueto, em Nova York, ou de uma favela, em São Paulo, ambos convertido em depósito de lixo das respectivas cidades, como no exemplo do abandono ao qual foi relegada à população afro-americana na tragédia do furacão Katrina, em Nova Orleans (DAVIS, 2008) ou, ainda, na dimensão de um país, como na devastação do ecossistema do Níger, promovido pelas corporações globais de petróleo, com a cumplicidade dos regimes autoritários instalado no poder na Nigéria (DASSOLER, 2020).

O dossiê sobre as questões socioambientais prossegue com o artigo *Emergência climática e El Niño: estratégias de resiliência no semiárido nordestino*, de Marcela Araujo de Amorim. A autora analisa o fenômeno meteorológico denominado El Niño, fenômeno climático de alcance global, decorrente do aquecimento em curso do Oceano Pacífico. Dentre outras consequências, El Niño tem provocado alterações no regime de precipitações

atmosféricas em diversas regiões do planeta, incluindo o Brasil, onde se verifica uma redução acentuada de chuvas nas regiões Norte e Nordeste.

Levando a cabo uma revisão bibliográfica sobre os efeitos do El Niño no Nordeste, a autora procura mapear as ações e projetos adotada para o enfrentamento da emergência climática produzida pelo referido fenômeno. Nesse sentido, ela busca também identificar os principais agentes, governamentais e não governamentais, que atuam no Nordeste, tendo em vista à adaptação e à segurança das comunidades locais.

As mudanças climáticas, prossegue o artigo, podem ser observadas no aumento das temperaturas médias, nas mudanças nos padrões de chuvas, eventos climáticos extremos, cada vez mais frequentes e intensos, ou, ainda, na elevação do nível do mar. As ações humanas figuram como a principal força deste processo, consubstanciadas na queima de combustíveis fósseis, como carvão e petróleo, no desmatamento de florestas, como a Amazônia, na agricultura intensiva, ações que resultam no aumento da concentração de gases de efeito estufa na atmosfera, os quais retêm o calor do sol, provocando o aquecimento global e desencadeando uma série de impactos ambientais e sociais, como o analisado pelo artigo na região Nordeste do Brasil.

O artigo, porém, não se limita a traçar o quadro preocupante das mudanças climáticas no Nordeste, mas focaliza as medidas adotadas pelos agentes e movimentos para enfrentar os impactos do processo sobre os grupos mais vulneráveis da sociedade. Nesse sentido, a autora destaca a necessidade de mudanças na legislação, bem como a elaboração de políticas públicas que potencializem as iniciativas já em curso. Exemplo, destacado no artigo, encontra-se na Articulação Semiárido Brasileiro (ASA), fruto da parceria entre agências governamentais e não governamentais.

Fechando o dossiê sobre as questões socioambientais, o artigo *Serra da Cantareira: história do processo hídrico e socioambiental da maior floresta*



urbana no mundo, de Isabela Garcia Deléo, analisa os impactos antrópicos na área abrangida pela análise, seja em relação às biodiversidades, matas, mananciais, seja no que diz respeito à região como um todo.

Situada na Zona Norte da metrópole paulistana, a Serra da Cantareira se estende pelos municípios de São Paulo, Mairiporã, Caieiras e Guarulhos. Constituindo-se como uma região montanhosa, explica a autora, ela possui uma série de reservatórios naturais de água, mananciais, cachoeiras, matas densas, vales etc. Mas, a par destas questões mais diretamente ligadas aos recursos naturais, o mérito do artigo consiste também em chamar a atenção para as pesquisas insuficientes sobre a ocupação humana da região em tela, notadamente a representada pelos Guaranis. Observadora privilegiada, assegurada pela condição de moradora da região, a autora procura coletar os relatos e registrar os estudos sobre as populações tradicionais da região, cujas vestígios das fazendas de café, cana de açúcar e erva mate espalhados pela área montanhosa da Serra, ou, ainda, nas tradicionais olarias voltadas para a produção de cerâmica, presentes na cidade de Mairiporã.

O artigo refaz em seguida o processo de criação do Sistema Cantareira, abordando o Decreto-Lei 41.626 de 1963 que transforma a Serra em Reserva Florestal, processo que culmina com o reconhecimento, pela UNESCO, da Serra da Cantareira como parte integrante da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica brasileira.

Não obstante, as mudanças antrópicas destinadas a assegurar o abastecimento de água para a metrópole, como, salienta a autora, o represamento de um rio, provoca impactos socioambientais muitas vezes irreversíveis na biodiversidade da região, afetando, conseqüentemente, as comunidades locais.

Citando dados do Instituto Socioambiental (ISA), a autora alerta para o fato de extremamente grave: 73% das áreas de Preservação do Sistema Cantareira foram degradadas por algum tipo de atividade humana, traduzida em uma

série de problemas: ocupações irregulares, desmatamento crescente, deslizamentos de moradias, contaminação de cursos d'águas. Eis o mérito do artigo: promover uma inversão de perspectiva: não olhar apenas o quanto a Serra da Cantareira pode servir e assegurar o acesso da população metropolitana à água, mas, também, o quanto a cidade de São Paulo pode, e deve, contribuir para preservar modos de vida, tradições culturais, comunidades ambientalmente mais equilibradas.

Em *Utopia como revolta romântica: William Morris como utopista da fuga à modernidade industrial*, Pedro Araujo Belfort Bastos desenvolve a noção de utopia na obra *News From Nowhere* (Notícias de Lugar Nenhum) do escritor romântico William Morris, caracterizando-a a partir da influência intelectual de dois outros autores chave: o poeta romântico John Keats (1795 – 1821) e o filósofo alemão Ernst Bloch (1885 – 1977).

A influência de Keats dá-se principalmente na forma, na qual o poema *Ode to a Nightingale* é tido como um modelo que exemplifica essa influência. Nele, o eu lírico inicia com uma fuga da realidade por meio da poesia, pois por meio dela torna-se possível conquistar aquilo que se procura, ou seja, justamente, o mundo onírico, dos sonhos, das possibilidades que não estão concretizadas – e parecem muito distantes – da realidade dada do século XIX. Da mesma maneira, o romance de Morris inicia-se com um despertar do protagonista em um futuro utópico, ou seja, em um futuro distante da realidade dada. No final do poema de Keats, elementos concretos e da realidade dada aparecem, demonstrando, assim, a volta do mundo real e o distanciamento do mundo utópico. Já Morris, no final de seu romance, também reintroduz elementos concretos (no caso, a sua cama em Hammersmith), voltando, portanto, ao mundo concreto. Ainda assim, ambos autores deixam um questionamento



no final de suas obras que relativiza a realidade dada em relação à realidade utópica ao se questionarem se o que acabaram de viver foi de fato um sonho, ou se foi real, uma vez que por mais distante do mundo da realidade concreta que habitavam, nesse novo mundo com o qual tiveram contato, ambos estavam muito conscientes de tudo que se passava.

A influência de Ernst Bloch revela-se a partir da noção de tempo e seu papel na História. Para ele, o tempo é entendido como um vir a ser, sendo que o presente é entrelaçado como o passado já que esse guarda uma série de latências não conscientes que dialogam com o presente. Essas latências podem ser exemplificadas a partir das fugas utópicas de Keats e de Morris, já que tais fugas buscam um mundo idealizado (um futuro hipotético), constituindo uma latência do tempo (da sociedade) no qual foram escritas, ou seja, constituem aquilo que ainda não está totalmente consciente, mas se torna mais consciente por meio dessas obras: a busca pela sociedade idealizada.

Em *Vozes de um cárcere flutuante: memórias de presos do navio Raul Soares (1964-1971)*, Arthur Guilherme Aragues Serra Almeida ilustra por meio de exemplos retirados de relatos de histórias orais registradas em livros e no Relatório da Comissão Nacional da Verdade o caso do navio Raul Soares, que foi utilizado no primeiro ano da ditadura empresarial-militar brasileira para prender pessoas perseguidas pelo governo militar e torturá-las com o objetivo de conseguir informações de lideranças políticas associadas aos sindicatos, evidenciando a lógica fascista da repressão, que buscava obter resultados políticos por meio do uso exacerbado e indiscriminado da violência física e mental. É nesse quadro que se instaura o caso do navio Raul Soares.

Esse navio serviu de prisão para presos políticos de 24 de abril a 2 de novembro de 1964 na cidade de Santos. Seus presos variaram de estudantes e líderes sindicais até militares, sendo que a prática da tortura física e psicológica era sistêmica e assassinatos também ocorriam. Essa situação demonstra que a tortura e a perseguição política não foram situações pontuais durante a ditadura, mas aconteceram antes mesmo do Ato Institucional Número Cinco (AI5), que criou uma situação jurídica que favorecia a perseguição política – uma vez que a respaldava em termos legais – mas não deu início a eles, pois torturas e perseguições já eram praticadas desde o início da ditadura.

No navio, os presos eram submetidos a torturas físicas e psicológicas, sendo constantemente ameaçados de “desaparecerem” para outro local do Brasil, ou de serem levados ao DOPS (Departamento de Ordem Política e Social), responsável pela maior parte dos casos de violência. As torturas praticadas eram as mais diversas, desde a restrição alimentar até a exposição a locais de temperaturas extremas, como um frigorífico ou uma caldeira, por longos períodos.

Essa repressão acabava sendo justificada pelo combate ao que era chamado de pessoas subversivas, alegadamente comunistas que conspiravam para a instauração de um regime socialista em território brasileiro, mas que, na prática, constituíam na sua maioria, estudantes, integrantes dos sindicatos, professores, e qualquer outra categoria de pessoas que fosse abertamente ou secretamente contra ao poder instituído pelos militares e sustentado pelos empresários que os financiaram e ampararam.

Em *O Racismo nas representações culturais da revista fluminense “O Malho”, entre os anos de 1920 e 1940*, Ariel Pereira Santos Gomes demonstra por meio de uma análise de publicações da revista carioca *O Malho*, nas décadas de



1920 a 1940, a forma e o conteúdo das representações racistas a depender do contexto histórico desse período histórico.

Durante a Primeira República, o movimento intelectual que vigorava como explicativo da diferença racial existente no Brasil era o racismo científico, que argumentava a superioridade do branco a partir de argumentos supostamente comprovados cientificamente. Nesse sentido, as representações na revista *O Malho* desse período enquadram-se no discurso racista que coloca o negro como uma figura de ameaça à população branca, ou, em termos mais amplos, à civilização brasileira, concebida a partir do modelo europeu.

Já nas décadas de 1930 e 1940, com a publicação de autores como Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Hollanda, descortina-se uma nova perspectiva das relações raciais no Brasil, centrada no valor positivo atribuído à miscigenação. Ora, como nos mostra o autor do artigo, a miscigenação tornar-se-á um argumento chave destinado a ocultar a discriminação racial exercida contra a população afro-brasileira. A revista *O Malho*, com efeito, reproduz as representações discriminatórias contra o negro, conquanto de uma forma mais sutil, seguindo o contexto político-social da época.

O autor argumenta, então, que tais representações constituem traços simbólicos que produzem um imaginário social constitutivo de certos tipos de solidariedades que excluem o negro da igualdade constitutiva do Estado de Direito, seja de uma forma mais explícita ou de uma forma menos explícita. Assim, as representações da revista carioca fazem parte de uma política cultural que visa manter as hierarquias das classes dominantes (brancas) sobre as classes dominadas (negras, em sua maioria) no Brasil, utilizando para isso o humor racista, analiticamente compreendido como racismo recreativo.

Portanto, o caso da revista *O Malho* é um retrato de como o racismo desvela-se como uma produção cultural e uma construção social, e não um dado

natural de aversão a um determinado grupo étnico simplesmente por ele ser considerado diferente, que tem o efeito de legitimar práticas de violência e exclusão sociais ao produzir traços simbólicos que desenham a figura do negro de uma forma estereotipada.

Em *Freud e o futuro da civilização entre a religião e a ciência*, Frederico Lopes Marcelino Baptista recoloca em discussão os laços explicativos envolvendo a cultura, a religião e a ciência.

O autor principia a análise retomando a questão da cultura na visão de Freud, compreendida nos termos da constituição de uma comunidade do trabalho e das relações com as pulsões de vida. Trata-se de pensar o modo pelo qual estas últimas são capazes de aproximar e vincular os sujeitos, seja no quadro relacional da família e da comunidade, seja no quadro relacional da amizade e do trabalho. O ponto chave da análise freudiana, segundo o autor, reside na mudança de perspectiva teórica sobre a sociabilidade humana, já que a existência da cultura não se explica apenas pelo fator material (trabalho), mas, também, pelo fator psicológico (impulso; desejo; Eros).

Em seguida, o autor do artigo aborda o paradoxo enunciado por Freud de que por mais que a cultura seja de interesse geral, todo indivíduo se revela ao mesmo tempo como inimigo da cultura. Isso porque em todo homem e mulher existem, em potencial, comportamentos destrutivos e antissociais que precisam ser reprimidos de duas maneiras: pelas instituições sociais ou pela instância do inconsciente chamada de Super-eu – a qual o autor elucida ao longo do artigo. O autor, dessa maneira, revisita o tema de *O mal-estar na civilização*.

Mais adiante, Frederico Lopes insere e contextualiza o conceito de religião na obra de Freud, *O futuro de uma ilusão*, destacando o modo pelo qual o referido conceito encontra-se formulado em um movimento análogo à relação de confiança e autoridade da criança em relação ao pai (ou outra



figura de autoridade). De fato, tema atual, levando-se em consideração o avanço da heteronomia imposto pelas forças do obscurantismo, as quais impõem, de um lado, obediência e resignação, e propagam, de outro lado, ódio e ressentimento. Mas as interrelações entre cultura, religião e ciência colocam-se historicamente dentro das mais diversas configurações.

Por fim, o autor explicita o conceito freudiano do princípio do prazer ao pensar na sociabilidade dos sujeitos dentro da cultura. Segundo esse princípio, o ser humano está sempre buscando a felicidade por meio de prazeres, deparando-se, com igual frequência, com a frustração provocada por essa busca incessante. Como salientado por Freud, o programa estabelecido pelo princípio do prazer revela-se irrealizável, restando ao ser humano a tarefa de convertê-lo ao princípio da realidade.

Em *Nem bala, nem fome, nem covid: relatos situados do Movimento Negro Unificado sobre as estratégias de enfrentamento da tripla crise política, econômica e sanitária*, Rodrigo da Silva Rocha focaliza os impactos da pandemia de Covid-19 nas camadas mais vulneráveis da sociedade brasileira, dentro das quais situam-se parcela expressiva da população afrodescendente. Reconstituindo a trajetória do Movimento Negro Unificado, a qual retoma e aprofunda os embates travados no passado mais distante pela Frente Negra Brasileira e pelo Teatro Experimental do Negro, o autor nos mostra a densidade histórica da luta contra a violência policial, a discriminação étnico-racial e a desigualdade de oportunidades.

A partir da análise baseada nas entrevistas em profundidade com seis coordenações estaduais do Movimento Negro Unificado, o autor estabelece a moldura histórica dentro da qual ocorre o enfrentamento da epidemia pela comunidade afro-brasileira. Com argúcia e visão crítica, o autor dimensiona o real significado da luta em defesa da vida, empreendida em um contexto de crises que se sobrepunham e se reforçavam mutuamente. A crise econômica aprofundava a desigualdade social, lançando na insegurança alimentar

famílias sem recursos e rede de apoio. Ao mesmo tempo, a extrema-direita no governo federal potencializava os efeitos devastadores da pandemia iniciada no Brasil em fevereiro de 2020.

Neste cenário de barbárie, não restava outra saída a não ser a mobilização dos movimentos populares da sociedade civil, mediante um trabalho de auto-organização para assegurar a distribuição de alimentos, prestar os cuidados de saúde, assegurando, dessa maneira, o direito à vida, ameaçada pela inação deliberada das instâncias de poder diante da pandemia. Conforme o testemunho de uma das militantes entrevistadas pelo autor “tínhamos muita gente morrendo de fome, violência, desemprego, suicídio”.

A resposta a esse estado de coisas foi o retorno às ruas do movimento negro, no contexto adverso do avanço da Covid-19, para denunciar a violência exercida pelo Estado, sob as mais diversas formas, em especial, a do racismo estrutural. Os dados correlacionados de território, raça e classe social remetem às dimensões da vulnerabilidade social, conceito-chave, hoje, no campo da saúde coletiva, para enfrentar não apenas as pandemias, mas, sobretudo, para elaborar políticas públicas em defesa dos grupos submetidos aos processos de exclusão social, violência simbólica, ou, no caso abordado pelo presente artigo, discriminação racial.

Os grupos sociais focalizados no artigo não devem, porém, ser considerados vulneráveis. Eles estão em uma situação de vulnerabilidade, foram colocados nesta condição pelo racismo estrutural, pelo terror de Estado, pelo desmonte da saúde coletiva patrocinada pelo modelo neoliberal, política de terra arrasada levada às últimas consequências no contexto da ascensão da extrema-direita, a qual, não por acaso, patrocina o negacionismo ambiental, defendendo um modelo de desenvolvimento econômico que devasta o planeta, intensifica a mudança climática, favorecendo o advento de novas pandemias.



Para compreendermos o modo pelo qual estas questões se encontram interligadas, a Revista Avesso tem o prazer de oferecer às leitoras e aos leitores uma entrevista com a socióloga, ambientalista e militante dos direitos humanos, Marijane Vieira Lisboa, idealizadora, na PUC de São Paulo, do curso inovador de Ciências Socioambientais.

O dossiê da Revista Avesso aborda alguns dos aspectos presentes na imensa problemática constituída pela emergência climática, oferecendo aos leitores e às leitoras novos pontos de reflexão para o combate necessário ao negacionismo climático, ao racismo ambiental e à cultura da intolerância, aspectos interrelacionados de um mundo à beira do abismo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

DAVIS, MIKE. **Apologia dos bárbaros**. São Paulo, Companhia das Letras, 2008.

DASSOLER, ELISA. **Ken Saro-Wiwa: arte e ativismo na luta por justiça ambiental**. Florianópolis, UDESC, 2020.

LATOUR, BRUNO. **Onde aterrar? Como se orientar politicamente no Antropoceno**. Rio de Janeiro, *Bazar do Tempo*, 2020.

FERDINAND, MALCOM. **Uma ecologia decolonial: pensar a partir do mundo caribenho**. São Paulo, *Ubu*, 2022

FERNÁNDEZ, JOHANNA. **The Young Lords: a radical history**. Chapel Hill, The University of North Carolina Press, 2020.

HOBSBAWN, Eric. *A Era da Guerra Total*. In: _____. **Era dos Extremos**. São Paulo, Editora Schwarcz S.A., 2012.

JESUS, MARIA CAROLINA DE. *Quarto de despejo: diário de uma favelada*. 10^o ed.
São Paulo, Editora Ática, 2014.



2021, v. 4, n. 1